



**[Trabalho 1219 ]  
APRESENTAÇÃO ORAL**

*OSMAR RAMÃO GALEANO DE SOUZA; JUAN DIEGO FERELLI DE SOUZA;  
PATRÍCIA CAMPEÃO; LUCAS CASONATO JACINTO.  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, CAMPO GRANDE - MS -  
BRASIL; EMBRAPA CAPRINOS E OVINOS, SOBRAL - CE - BRASIL;*

**AGRICULTURA FAMILIAR NO MS: ENTRE RESULTADOS  
EXPRESSIVOS E DECISÕES POLÍTICAS DEFICIENTES**

**Grupo de Pesquisa: Políticas Sociais para o Campo**

**Resumo**

O presente trabalho pretende demonstrar uma falta de melhor entendimento entre os setores responsáveis pelas políticas de fomento e incentivo para a agricultura familiar e os atores que trabalham e vivem neste setor importante para a produção de alimentos no estado de Mato Grosso do Sul. Os projetos bem sucedidos no Estado tem sensibilizado muito pouco as agências responsáveis pelo estudo e liberação de recursos para este setor pois há um histórico de pouca importância para o trabalho que é desenvolvido há décadas na região. As dificuldades acompanham estes trabalhadores rurais desde quando lhes foram indicadas terras e espaços onde poderiam desenvolver suas atividades; a pouca ou nenhuma preparação destes trabalhadores indicava também que suas tarefas mais importantes se referiam a um tipo de “vigilância das fronteiras” em um período que havia temores com a política que vizinhos praticavam. Desta forma a abordagem adotada neste trabalho é histórica pois explicará, pelo menos em parte, os motivos que impedem melhorias e reconhecimento social pela adoção de políticas deficientes e apressadas da parte do poder público.

Palavras-chaves: Agricultura familiar, política, reconhecimento social, preparação para trabalho

**Abstract**

This paper intends to demonstrate a lack of a better understanding between the sectors responsible for policies on promotion and incentive to family farming and the actors who work and live in this important sector of food production in the state of Mato Grosso do Sul. The difficulties these workers come from rural areas when they were given land and



spaces where they could develop their activities, to little or no preparation of these workers also indicated that their most important tasks referred to a kind of "border surveillance" in a period that had concerns with the policy practiced neighbors. Thus the approach adopted in this work is historical because it explains at least in part, the grounds for refusing recognition and social improvements by adopting weak policies and rushed from the government.

**Key Words:** Family farming, politics, social recognition, preparation for work

## 1. INTRODUÇÃO

A recente agudização da crise de alimentos verificada em 2008 e 2009 trouxe novas frentes para enfrentamento da fome em todo o mundo. Revisitaram-se antigos projetos e se iniciaram discussões para novos outros que deverão, agora, ter maior reconhecimento das grandes organismos mundiais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Procurando dar uma plataforma de ações coordenadas, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação/FAO publicou o documento "Perspectivas de Colheita e Situação Alimentícia". Como isto afeta as condições regionais e locais na produção de alimentos de subsistência, próprio daquilo que se denomina agricultura familiar em Mato Grosso do Sul? Esta é a pergunta básica que deve orientar o presente trabalho.

Há uma tendência para considerar este Estado como um dos maiores produtores na agropecuária no País. Isto foi muito bem relatado em importante feira – *Showtec 2012* – na cidade de Maracajú quando o pesquisador e analista do agronegócio, professor Marcos Fava Neves, da Faculdade de Economia e Administração da USP, reportou Mato Grosso do Sul como importante cenário com a diversificação do setor, apontando os grandes projetos da cana de açúcar, cultivo de florestas e a própria expansão da agricultura e pecuária. Tem sido este o retrato muito próximo do que ocorre em MS, embora haja um cenário que dá suporte a este modelo mais visível. São os trabalhos desenvolvidos que se traduzem alimentos pelos inúmeros agricultores familiares e assentamentos no Estado.

O presente artigo pretende discutir alguns destes avanços e os problemas que são observados à luz do que são as políticas públicas para o setor que visam consolidar a agricultura familiar no estado como uma atividade reconhecida. Muito trabalho e ações são consolidados via projetos que abastecem boa parte da rede de supermercados e pontos de venda, mas que ainda não receberam o devido reconhecimento oficial através de acesso a recursos disponíveis, assim como apoio direto dos governos através de programas regulares de infraestrutura e logística. Alguns projetos de assentamentos não decolaram por absoluta falta de apoio ao próprio projeto em uma percepção de que apenas a doação de determinada área seria suficiente para a subsistência do assentado que passa a ser agricultor familiar.

Esta questão no Brasil, e de forma específica em Mato Grosso do Sul, sofreu uma forte contaminação política que frequentemente coloca o cenário da agricultura familiar sob pressão. A falta de maior fiscalização sobre eventuais casos de desvios de atores não ligados ao setor permite análises precipitadas sobre o tema, provocando na sociedade as mais variadas expressões de desaprovação. Esta percepção, por sua vez, interfere nas decisões políticas de manter programas desta natureza, e reflete na morosidade dos



pedidos, exigências que não podem ser cumpridas por todos, até o ponto de dar início a reivindicações e reclamações frequentemente traduzidas em protestos nas grandes cidades ou escritórios representantes dos projetos para a agricultura.

A conhecida expressão “vida no campo”, para alguns um tipo de vida glamourosa, tem características próprias: as distâncias, as dificuldades de comunicação e acesso à informação e educação do jovem cidadão que poderá vir a ser um ator comprometido com aquele estilo difícil de vida, são alguns dos problemas mais conhecidos. O relatório final de uma pesquisa sobre segurança alimentar<sup>1</sup> **Diagnóstico dos Territórios dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) de Mato Grosso do Sul**, desenvolvido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em parceria com a Universidade Católica Dom Bosco/MS<sup>2</sup>, demonstrou dados recentes (2010/2011) sobre as dificuldades verificadas junto aos assentamentos ao sul do Estado de Mato Grosso do Sul, no que se refere às políticas ou ausências delas na vida dos assentados que ainda creem em algum tipo de produção.

O presente trabalho pretende abordar a percepção política que orienta ou determina decisões relacionadas à agricultura de subsistência ou familiar, e que de uma forma ou de outra é afetada pelos “pacotes de bens e serviços” que muitas vezes não são mais adequados para os que vivem no campo. Carros reformados com anos de uso, aparelhos quase rudimentares; e mais recentemente, promessas de ações e instalações de infraestrutura que chegam com muito tardar ou que não chegam.

A análise deste quadro tem a orientação dos estudos de Jacob Gorender (1994) quando faz um histórico de como as classes dirigentes, associadas à grande produção, ou produção em alta escala, tem com referência à agricultura de subsistência ou familiar. A pouca importância ao caso passa também pela formação dos jovens cidadãos que vivem com seus pais em situação invariavelmente carente, face ao descrito acima. Qualquer melhoria passa por meses e anos, quando se pede que façam escolas, espaços sociais e de convivência, os pedidos são vistos com desconfiança e quando se atendem aos pedidos, exige-se que isto seja interpretado como dádivas dos governos no poder. Não há como negar que ações estão sendo praticadas em muitos assentamentos que têm organização e apoio de administradores nos diversos municípios, mas estes casos não são muito comuns.

Estas ações interferem nos resultados apresentados pelos assentados e pequenos agricultores, de quem se espera muito dentro da agricultura familiar. Há um quadro importante em formação com inúmeros objetivos que vão ao encontro do que mais se deseja agora. Uma agricultura mais saudável, com menos tratamento químico, impacto ambiental mínimo ou até elaborado para ajudar na recuperação de áreas problemáticas que custariam aos diversos governos altos custos e investimentos. É de se lembrar que desta modalidade tratamento de terrenos para o plantio resulta na produção de produtos orgânicos, que estão ocupando as gôndolas dos supermercados com aumento expressivo de consumidores.

Nada disso, no entanto, tem um sentido mágico ou resultado de alguma vontade: “Ao afirmar que existem *custos nas transações econômicas* – e não apenas na produção de

---

<sup>1</sup> Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS; Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico; Edital MCT/MDS/CNPq 38/2008

<sup>2</sup> A coordenação do projeto esteve sob a responsabilidade do professor doutor Dario de Oliveira Lima-Filho, do Departamento de Economia e Administração/UFMS.



bens e serviços –, a nova economia institucional destaca que a interação social não é fluida nem automática. Aí reside sua imensa proximidade com as preocupações básicas da sociologia econômica: comprar, vender, garantir a entrega do que se prometeu e a execução dos contratos, essas não são operações levadas adiante por autômatos, mas relações sociais em que a incerteza sobre os direitos de cada parte é decisiva”, diz Abramovay (2004, 48). Aquilo que poderia ser apenas troca de mercadorias ou mesmo venda sem uma organização e regularidade cede espaço para ações coordenadas e institucionalizadas.

Reunindo estas condições desejáveis quanto aos resultados mais a realidade de muitas regiões, verifica-se um quadro contraditório: enquanto alguns resultados são notáveis fruto do esforço de assentados e pequenos agricultores, existe um lado de pouca confiança justamente dos que dirigem os órgãos de fomento e apoio que deveriam incentivar iniciativas, favorecer a aquisição de tecnologia simples, apoio na forma de treinamento e orientação técnica, mediante liberação de recursos em condições que permitam ao pequeno agricultor quitar dentro do acordado. Seria o reconhecimento institucional de que se tratam de projetos e grupos que tem um papel importante na produção de alimentos.

## 2. RECURSOS DISPONÍVEIS BARRADOS POR EXIGENCIAS

A Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural/AGRAER declara que a participação dos pequenos agricultores chega a responder por 84% da produção agropecuária no Estado. É uma das melhores notícias para o setor neste início de 2012, passando ao largo da crise econômica que tem afetado vários segmentos. Conseguir este espaço, no entanto, é uma conquista diária e resultado de anos de dificuldades que todos aqueles que optam por esta atividade têm de passar.

Novas situações deverão ser vivenciadas “ Ali onde transacionar em mercados possa oferecer riscos referentes à obtenção dos direitos de propriedade ou à execução dos contratos, as relações econômicas adotarão *forma hierarquizada*. Ali onde esses riscos forem baixos (abastecer o carro num posto de gasolina, comprar numa loja) predominará a *forma mercado*. Relações não repetitivas, que não exigem investimento de tempo no cumprimento de contratos, por exemplo, tomarão a forma de mercados. As *estruturas de governança* são formas organizacionais voltadas a atenuar os efeitos do oportunismo dos agentes que sempre poderiam descumprir os contratos firmados”.(Abramovay 2004,49). E isto provocaria no ator local uma tarefa a mais – submeter-se às regras estabelecidas não só pelo mercado mas pelo próprio consumidor que passa a ter expectativa sobre a produção a ser ofertada regularmente, a tal ponto de se constituir parte da chamada cesta básica.

Atualmente a maior parte desta cesta básica vem dos produtos oriundos do que se denomina agricultura familiar, e em Mato Grosso do Sul as pequenas propriedades respondem com 57% da produção de alimentos. Trata-se de mandioca, café, feijão, leite de vaca e de cabra, aves. Com o aumento de estabelecimentos nas cidades, aumentou também a necessidade de abastecer com itens que agora são produzidos com orientações da Embrapa e Agraer. Alguns casos envolvendo recursos disponíveis e as barreiras colocadas no caminho entre o pequeno agricultor e os recursos têm demonstração de que é necessário



desatar alguns nós, pois, os casos adiante ilustram bons resultados e não reconhecimento dos organismos fomentadores.

Uma das grandes fornecedoras é a região de Sidrolândia que teve apoio de organismos importantes do setor produtivo, mas é de lá também uma das demonstrações de desvios de recursos por parte dos que deveriam apoiar os pequenos agricultores.

E isto é o que frequentemente aparece para a sociedade – projetos que não funcionam e a responsabilidade frequentemente é atribuída ao ator local. No final do governo de Jose Orcírio de Miranda – final dos anos 1990 -, um projeto denominado Banco do Povo, responsável pelo micro-crédito ao pequeno agricultor, apoiaria um importante impulso para os assentados de Sidrolândia – Capão Bonito II e São Pedro. Os participantes assinariam o compromisso na forma de empréstimos para custear instalações de microindústrias.

Estas instalações, no entanto, foram projetadas com inúmeras falhas técnicas a tal ponto de outros órgãos do próprio governo estadual interdita-las por não cumprirem exigências sanitárias e higiênicas previstas na legislação. Questões básicas como respeitar distância entre criadouro e abatedouro; distância entre plantéis de aves na mesma região, não foram observadas. O mais interessante nisto é os recursos previstos para os projetos e já contratados pelos assentados foram repassados diretamente a uma empreiteira contratada pelo IDATERRA – A Padrão Engenharia - que faria as obras e forneceria os insumos para serem trabalhados. Nada disso aconteceu.

O resultado disso é que no governo que substituiu o anterior, com o Banco da Gente, cerca de 130 pequenos proprietários que nunca viram o dinheiro e nem receberam os benefícios, tiveram seus nomes negativados no SPC e Serasa. Ficaram impedidos, por isso, de ter acesso às linhas de crédito do Banco do Brasil por meio do Pronaf (Programa Nacional da Agricultura Familiar) para cobrir os custos e fazer novos investimentos.

São as típicas interferências de grupos que conhecem os mecanismos de liberação dentro dos organismos responsáveis pelo setor, se articulam com empresas que recebem informações privilegiadas e passam a assediá-los os que efetivamente ficarão com a responsabilidade de pagar os prejuízos. Foram meses e até anos perdidos e sem cobertura de suas necessidades básicas provocaram entre os pequenos produtores a necessidade de se organizar e solicitar apoio efetivo para seus novos projetos, que surgem dentro de novas exigências do mercado.

Isto significa mudanças e melhorias no produto e nos métodos de produção, marketing e até mudanças que afetam a estrutura da empresa. As consultorias contratadas sugerem novas embalagens, novas formas de manipulação dos produtos – sobretudo alimentos que aumentaram seus cuidados de produção, manipulação e acesso ao consumidor final. O próprio produtor da agricultura familiar passou por uma reciclagem de seus métodos e percepção de seus negócios. Havia, no entanto, que aprender mais do que vinha sendo feito até então.

Até que tudo fique sanado o desgaste porque passam os pequenos agricultores aumenta quando notícias como essas passam para a imprensa que divulgam o fracasso do projeto sem muito interesse em fazer investigação sobre o que efetivamente aconteceu. Desta forma a pressão política contra os grupos de assentados aumenta e a dificuldade para ter acesso também.

Esta situação é um dos pontos tratados por Jacob Gorender já nos anos 1990, quando procurava ter seu espaço e reconhecimento frente aos índices do grande produtor.



“A pequena exploração camponesa (proprietária ou arrendatária) sofre o constante cerceamento do latifúndio, cultiva comumente terras de qualidade inferior e/ou pior localizadas, não desfruta de créditos privilegiados do Estado, é desfavorecida na política de preços mínimos, não dispõe de facilidades de estocagem, não goza de aperfeiçoamento técnicos. Enfim, está desprovida de tudo que beneficia a grande propriedade fundiária protegida pelo Estado” (Gorender 1994,41). É a base da discussão verificada entre a agricultura familiar e o agronegócio, cujos partícipes têm grande poder político e de articulação.

Em 2010, por exemplo, outro programa do governo, Programa Mais Alimentos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário anunciou que havia dinheiro disponibilizado, chegando a R\$ 100 mil para cada um que se habilitasse a tomar emprestado a juro de 2% ao ano. É um programa que visa estimular a modernização dos métodos de produção das unidades familiares do País. A não procura destes recursos chega a significar um tipo de problema para o próprio programa.

Dentro desta proposta, os coordenadores do programa pretendiam abordar pelo menos três mil pequenos produtores, em uma expectativa de que ao menos mil contratos fossem assinados. Não é, entretanto, um processo simples: os agricultores têm de apresentar garantias de que saldarão seus compromissos, mesmo que do outro lado, o da Instituição financeira, isto não entra como exigência. O receio de que mais uma vez possa haver algum tipo de irregularidade, partindo da própria instituição, é que trava o processo logo no início. Para se ter uma ideia: uma das expectativas é de que daqueles mil contratos, ao menos 300 sejam para a aquisição de tratores. Exigências ou expectativas como estas invariavelmente levantam a cautela dos pequenos agricultores quanto aos reais objetivos propostos, a exemplo do que ocorreu com os assentados de Sidrolândia. A aquisição de tratores foi considerada um fracasso em Mato Grosso do Sul, em uma comparação com outros estados.

Um complicador de ordem puramente política: há dinheiro disponibilizado mas para o diretor –executivo da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, José Alexandre Trannin, estes contratos têm como foco os pequenos agricultores que tenham como comprovar a eficiência em suas atividades. Numa leitura provavelmente precipitada e contaminada politicamente isto não pode ser aplicada aos assentados e pequenos agricultores. As decisões comprometem a produção de alimentos de vários assentamentos que têm contribuído de forma direta com o volume de produtos para o mercado.

### 3. ÊXITO DE ALGUNS PROGRAMAS EM MUNICÍPIOS DE MS

A consequência destas negativas ao empréstimo não só priva os agricultores familiares nos assentamentos de ter acesso à tecnologia para aumentar a produtividade de frutas, legumes, verduras, como também em um setor que sustenta a cadeia: os pequenos produtores de leite. Eternos reféns dos laticínios que pagam sempre um preço menor para o dono dos plantéis de vacas leiteiras, eles precisam participar de compras coletivas de um tanque pulmão para resfriar leite, permitindo que o produto seja vendido a granel, juntando o produto de dezenas de criadores que não de entregar o leite para os grandes laticínios com pressa para que o leite in natura não se estrague. A própria Agraer estima que os agropecuaristas familiares que detêm apenas 6% do rebanho bovino do Estado, são responsáveis por 1,3 milhão de litros de leite diariamente.



Neste setor do laticínio há uma novidade importante encontrada ao sul do Estado. No município de Caracol, a prefeitura apoiou um grande projeto que mobilizou centenas de pequenos agricultores. Trata-se de uma cooperativa que consorcia o leite com frutas, oferecendo como resultado bebidas lácteas com sabor, iogurtes e tipos de doces derivados daquela industrialização. Sem o mínimo receio de que o projeto possa não vingar, a cooperativa tem na Copa do Mundo seu grande incentivo – fornecer o produto às centenas de estabelecimentos que devem receber o turista que deve chegar ao Mato Grosso do Sul, diversificando seu passeio além das cidades sedes.

Os agricultores familiares de Itaporã, próxima à Grande Dourados, também miram a Copa do Mundo e as Olimpíadas para fornecer um doce que alcançou nível de excelência na região – doce de goiaba. Isto vem especialmente da Gleba Santa Terezinha. As mulheres coordenam o projeto de uma pequena indústria que produz o doce de forma artesanal e chegam a utilizar quase uma tonelada de goiaba todo mês. Tudo isto foi o resultado de uma organização das mulheres agricultores que foram solicitar ajuda da Agraer que tinha um espaço ocioso. O projeto é reconhecido e tem como objetivo imediato a duplicação da capacidade de produção com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Neste setor, por se tratar de um fruto farto na região, constata-se um problema. A falta de aparelhos para condicionar a goiaba provoca uma grande perda. Segundo estimativa dos pequenos agricultores associados em cooperativa, apenas 3% dos frutos são aproveitados pois não há como dar um tratamento adequado para a grande quantidade produzida pelos 2,7 mil pés da fruta só na região de Itaporã. O problema persiste com a mesma fruta em outros municípios como é o caso de Ivinhema. Os produtores seguiram as orientações técnicas sobre mudas, plantios, e cuidados e o resultado foi uma produção acima da média, chegando a produzir cerca de 95 quilos de goiaba por planta.

O programa institucional oferecido pelos órgãos de assistência técnica foi um êxito, mas provocou “problemas” em outros setores – não providenciaram os meios logísticos e de comunicação e transporte do produto, oferecendo uma situação típica para futuras análises – a falta de sustentabilidade dos projetos que não são elaborados contando com inúmeras outras variáveis que vão exigir atenção.

Nestes casos, as soluções são imediatistas e procuram atender o problema pontual: a prefeitura – Instituição responsável pelo incentivo à produção – anunciou que está sendo comprado (processo em andamento) um caminhão utilitário com um compartimento especial de carga que será entregue aos produtores de goiaba procurando chegar aos consumidores. Não se atentou, mais uma vez, de que a grande produção requer tratamento e agregar valores ao fruto transformando-o em doces, geleias e outros derivados.

O resultado desastroso do projeto sem grande sustentabilidade nos seus desdobramentos obriga os produtores a jogar os frutos para o gado, galinhas e outras pequenas criações – o que não era previsto. É uma situação emblemática de como o gerenciamento do processo não contempla fases da cadeia de determinados considerando preparo do profissional, do terreno, mudas, cultivo, colheita, armazenamento, logística e distribuição. A falta de maior gestão na administração e tratamento por parte dos poderes públicos responsáveis atinge outras produções dos agricultores familiares.

Trata-se da produção de frangos e ovos. São dois produtos da mesma matriz e requer cuidados acima da média. As condições climáticas verificadas ao sul do Estado apresentam um quadro de permanente insegurança para os pequenos agricultores. No



verão, o forte calor exige muito mais água e refrigeração, o que faz encarecer a energia – quando fornecida pela Rede. Na época do frio, a região passa por temperaturas tão baixas que muitos lotes de animais em desenvolvimento não suportam. O mesmo problema interfere nas plantações de verduras e hortaliças de forma geral provocando prejuízos, que raramente tem como serem cobertos por seguros.

De olho no mercado internacional, a indústria do frango está aquecida e o pequeno agricultor tem mais uma fonte segura de renda por participar da cadeia do frango. Quase um lugar comum, a China – junto com Japão, Hong Kong, Coreia, Cingapura – é o destino de milhares de toneladas de frango desde 2009. A produção precisa contar com a permanente ajuda do pequeno agricultor que recebe algum tipo de incentivo para criar aves para corte e também para a produção de ovos.

E nestes setor, MS começa a ter reconhecimento por ter alcançado a 13ª posição como produtor de ovos no final da década passada, pois, o trabalho de décadas dos descendentes de imigrantes japoneses na região de Terenos foi recompensada pelos investimentos em tecnologia e melhoramento genético das aves, além da modernização da forma de armazenamento e logística do produto. A produção de mais de vinte milhões de ovos por mês abastece este estado, Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais.

Esta atividade, muito própria do pequeno agricultor, se estendeu para a região de Dourados, Maracaju, Ivinhema, Naviraí, Eldorado e Ponta Porã, permitindo um regular abastecimento do mercado incrementando a renda dos criadores que consorciavam com outras atividades, como utilização de esterco produzido pela limpeza regular das chamadas “camas” que abrigam as centenas de lotes de frangos e poedeiras.

#### 4. PEQUENAS PROPRIEDADES E RECUPERAÇÃO DE SOLOS

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária está ajudando a recuperar, com os assentados no Assentamento Itamaraty, 480 hectares que deverão receber árvores nativas e exóticas e mudas de frutíferas consorciadas com milho, mandioca, abóbora, quiabo, maracujá. O que era para ser uma área intocável e apenas para contemplação, os assentados fizeram dela uma área de expansão, ajudando na recuperação do meio ambiente, acrescentando mais do que se poderia esperar apenas com a produção de alimentos.

Este mesmo trabalho vem sendo desenvolvido no município de Nova Alvorada do Sul, em três assentamentos – Bebedouro, Pena e Sucesso – que totalizam 632 hectares de reserva legal. No município de Sidrolândia, no Capão III, onde não havia área para reserva legal, foi necessário destinar parte da área de pastagem para iniciar o processo. No município de Paranaíba a reserva legal tem aproximadamente 607 hectares em processo de regeneração natural, contando com a ajuda das famílias assentadas na localidade.

Estes programas têm alcance muito maior do que apenas a utilização do solo para cultivar alimentos: a partir da educação não só de crianças, as comunidades passam a encarar os trabalhos de recuperação do solo uma prática comum. Isto faz parte de um outro documento assinado conhecido como “Termo de Compromisso Ambiental”, onde os novos grupos assumem a obrigação de cuidar e preservar o meio ambiente.

Estas ações nem sempre são levadas em conta na análise dos pedidos de empréstimos para melhorar o cultivo da terra. Uma visão mais tradicional do que se pode verificar pela imprensa, através das inúmeras pressões conhecidas – maior assistência, melhoria da infraestrutura, acesso aos mercados na cidade, água, etc – e que se tornam





praticamente uma referência quando se trata de assentados. Politicamente isto vai influenciar na análise dos pedidos e nas regulares recusas demonstradas.

Algumas ações têm demonstrado que isto pode ter resultados interessantes como demonstra a experiência do Assentamento Santa Lúcia, em Bonito. Há cerca de dez anos foram selecionados 15 produtores para participar de um projeto da Agraer; quando os assentados chegaram à localidade o solo estava empobrecido de nutrientes e hoje o ambiente está modificado e é economicamente viável: além da recuperação do solo degradado a produção que já se consegue vender, como excedente, tem garantido recurso para sobrevivência, através da matéria prima par o processamento de doces, compotas e conservas, apoiado pelo Projeto Pé de Serra, da Fundação Neotrópica, de Bonito.

Também no município de Nova Alvorada do Sul, região cercada pelo grande *boom* da cana de açúcar, algumas áreas começam a ser recuperadas, a partir de cursos que viam produção de alimentos e consorciamento, agrossilvicultura, agricultura orgânica. A forma de produzir alimentos, observando as necessidades de recuperação do solo vai em direção totalmente oposta aos modelos empregado pelo agronegócio: deve-se produzir alimento obedecendo as relações e os processos ecológico, procurando impactar minimamente o meio ambiente.

Enfim, há uma movimentação geral em torno da produção de alimentos, de vários tipos – via plantação ou criação de animais – mas observando algumas características importantes como qualidade dos produtos, quantidade para suprir necessidade do grupo familiar e vender excedente, cuidado com o meio ambiente procurando mesmo recuperar áreas degradadas. É a forma mais direta e correta de entrar no que se denomina cadeia alimentar nos vários polos do estado de Mato Grosso do Sul. As dificuldades apontadas são muitas mas também as conquistas sugerem continuar inovando no setor. Como é o caso da nova tendência da agricultura orgânica.

Algumas ações e produtos, no entanto, começam a ter maior visibilidade sobretudo no que se refere às grandes preocupações mundiais como cuidado com o meio ambiente, proteção de nascentes, educação agroecológica, plantas medicinais, homeopatia vegetal e uma agricultura voltada à ecologia. Uma das maiores conquistas na direção de uma alimentação saudável, que são objeto de estudos e programas de governo de todo mundo, é a recuperação e avanço dos chamados produtos orgânicos. Até algumas práticas tradicionais têm sido recuperadas como a utilização de sementes e mudas para fortalecimento de algumas matrizes, praticamente impensável dentro da grande produção.

Um dos marcos do processo da produção orgânica se deu dentro do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável, numa parceria que envolveu a prefeitura de Campo Grande, Sebrae/MS e Banco do Brasil, contando com a participação da Ceasa/MS, Conab, Embrapa/Cpao e as Associações dos Produtores. Os treinamentos, cursos, viagens técnicas resultaram em 120 hortas agro-ecológicas que se utilizavam de equipamentos adquiridos com verbas disponibilizadas e contratadas a partir da parceria acima.

Em 2008, a prefeitura assinou convênio com Ministério da Agricultura para fomentar o processo de produção orgânica, até que em setembro de 2009 foi instalada a Feira de Orgânicos de Campo Grande. Em outubro de 2010, a consolidação institucional do processo se deu na tomada de posse da primeira diretoria da Cooperativa de Produtores de Orgânicos da Agricultura Familiar de Campo Grande.

Era o passo que antecedeu a certificação. Em novembro de 2010, o Sebrae/MS contratou o Instituto Bio Dinâmico – IBD para esta tarefa, e 63 produtores assistidos foram



certificados. Abriu-se, então, o leque de recursos disponíveis para os profissionais do setor, com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e do Agronegócio, com a criação de espaços físicos adequados para higienização, sanitização, classificação, processo e embalagens por meio de m

Na esteira da certificação se encontra um ambiente próprio para a comercialização destes produtos pela existência de um mercado que já consome frutas e legumes que são produzidos fora do modelo da agricultura convencional onde o uso de agrotóxico é comum em função dos grandes lotes e áreas plantadas. São consumidores que se convencem da necessidade de consumo de produtos mais saudáveis e que ainda conta com uma legislação que exige que pelo menos 30% dos alimentos destinados à merenda escolar venham diretamente da agricultura familiar, com prioridade para assentados, comunidades indígenas e quilombolas; trata-se da Lei nº 11.947. Aos poucos se percebe uma aproximação entre as políticas de governo para a agricultura familiar e aquilo que seria desejável – o reconhecimento do trabalho das pessoas deste setor.

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mundialização da agricultura e pecuária afeta todos os países e todas as regiões. Não há como ficar à margem de todas as exigências que são feitas, assim como não se pensa em deixar de ocupar os lugares de destaque na produção de alimentos. É nesta situação que se encontra o estado de Mato Grosso do Sul.

O estado foi uma das regiões sobre as quais pairavam as desconfianças relativas aos vizinhos – sobretudo nas décadas de 60 e 70, e por isso foram espaços políticos internacionais que tiveram algum tipo de preocupação. A quantidade de gente que migrou para esta região precisava se ocupar e a abundância de terras, em um período de ocupação em que não se dava muita importância para os impactos ambientais de projetos apressados e sem estudos prévios, criou duas ou três gerações de agricultores que conquistaram espaço no cenário mundial com oferta de seus produtos agropecuários.

Com todos os problemas que tinha que enfrentar – pouco reconhecimento social, falta de confiança dos órgãos de fomento e investimentos, pouca visibilidade política e importância na economia sobretudo no setor da produção de alimentos.

E no silêncio de seus espaços longínquos e frequentemente esquecidos pelo poder público, sua produção começa a ter reconhecimento e abastece as gôndolas de supermercados, das feiras, dos estabelecimentos comerciais. Este “silêncio” poderia ser traduzido como pouca visibilidade política, ao contrário do que se vê para os atores responsáveis pela grande produção, o que não facilita as negociações junto às empresas de fomento sejam elas públicas ou privadas. Vencer esta desconfiança é mais uma carga em cima dos atores responsáveis pela agricultura familiar.

As várias experiências demonstradas no transcorrer do presente artigo indicam para uma situação que requer reconhecimento social e até político dos governos em suas mais variadas instâncias. Relembre-se: “A Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural/AGRAER declara que a participação dos pequenos agricultores chega a responder por 84% da produção agropecuária no Estado. É uma das melhores notícias para o setor neste início de 2012, passando ao largo da crise econômica que tem afetado vários segmentos”.



## Referências

BATALHA, Mario Otavio, ET AL. Recursos Humanos e agronegócio: a evolução do perfil profissional, Jaboticabal, Editora Novos Talentos, 2005.

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite (Org.). Estrutura Salarial. 1ª Edição. Rio de Janeiro: IPEA, 2002

DOBB, Maurice. Os salários. 4ª Edição. São Paulo: Cultrix, 1955.

MACEDO, Roberto B. M. Os salários na teoria econômica. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1982.

**DIAGNÓSTICO dos Territórios dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) de Mato Grosso do Sul**, relatório final de Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS; Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico; Edital MCT/MDS/CNPq 38/2008

GORENDER, Jacob, Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no campo brasileiro IN Questão Agrária Hoje/ org por João Pedro Stedile, Porto Alegre: Ed da UFRGS, 1994

PARCERIAS e pobreza: soluções locais na construção de relações sócio-econômicas/ org Ilka Camarotti, Peter Spink, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000

SOUZA, Osmar RG, O papel das universidades na fronteira, Campo Grande/MS, Ed da UFMS, 2006

SUSTENTABILIDADE da Agricultura Familiar – implicações e perspectivas da legislação sanitária/Leomar Luiz Prezotto, Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Instituto de Assessoria para o desenvolvimento humano 2005

VASCONCELLOS, Ligia, Economia na Educação IN ARVATE, P; BIDERMAN, C (org). Economia do setor público no Brasil, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

ZYLBERSZTAJN, Decio, Caminhos da Agricultura Brasileira, São Paulo, Atlas, 2011